

1964 NA VISÃO DE *O PEIXEIRO*

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO: O artigo analisa a conjuntura de crise econômico-social vivida na cidade do Rio Grande quando da eclosão do Golpe de 1964 e identifica a posição do jornal frente ao momento político.

PALAVRAS-CHAVE: 1964; O Peixeiro; Rio Grande.

ABSTRACT: The paper analyzes the situation of economic and social crisis in the city of Rio Grande at the outbreak of the 1964 coup and identifies the position of the newspaper front to the political moment.

KEYWORDS: 1964; O Peixeiro; Rio Grande.

“É inverno. As ruas estão escuras, tristes, vazias. Nem as folhas brincam mais nas calçadas. Os que passam, passam sós. O frio levou as nossas alegrias, as nossas companhias. Os pensamentos são tristes e cinzentos como as tardes de inverno e solidão. De sol frio e de beleza morta. Rio Grande, inverno de 1964, Zil” (O PEIXEIRO, 5-7-64:1).

1964, um ano de expectativas e de acentuada crise econômica e social vivida na cidade do Rio Grande. A cidade das chaminés passava, nas décadas de 1950-60, por uma entre-safra em sua vocação industrial e proletária. A concentração industrial no eixo Rio-São Paulo, iniciada na década de 1930, reduziu a capacidade de concorrência das economias periféricas; a perseguição e aniquilamento da presença alemã na cidade durante a II Guerra Mundial (controlando cerca de 30% da economia local); a quebra

* Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG. Doutor em História pela PUCRS

das empresas de Luiz Loréa e o fechamento da Swift na década de 1950; são alguns dos fatores que abalaram os alicerces da vida econômica e social. As indústrias pesqueiras serão a salvação parcial que se estende até a década de 1980 mas que agrega pouca renda aos cerca de 20.000 trabalhadores deste ramo. A mudança mais radical se deu já no período militar, na década de 1970, com o Distrito Industrial do Rio Grande e o corredor de exportações para o Porto do Rio Grande (terminais de grãos), surgindo o SuperPorto.

Os problemas urbanos se aprofundaram desde a década de 1950 e estavam críticos no início de 1964. Conforme o então candidato a prefeito Farydo Salomão, em discurso de campanha em 1963, os problemas da cidade se agravaram com o passar dos dias e dos anos:

Quem de nós, não os sente na própria carne? Por acaso, não temos sido testemunhas de uma estagnação, não raras vezes, destruidora de células vitais da nossa vida social? Quem ignora, que o nosso Porto, a única entrada e saída de mar do nosso Estado, definha dia-a-dia a competência de autoridades que teimam em governar de costas para a nossa cidade? Por acaso, não é verdade que a Swift, outrora ninho de trabalho, onde o braço do nosso operariado construía riquezas, buscando o pão de cada dia, já cerrou as suas portas gerando desemprego? Quem não vê, com raríssimas exceções, que das nossas indústrias, as que não estacionaram, feneceram, crestando os alicerces de uma economia incipiente? É neste panorama que deparamos com a Prefeitura Municipal, enfrentando a mais grave crise de sua história, onde medra, um ambiente administrativo que é estarrecedor e tanto martiriza os interesses de todos os que aqui empregam as suas atividades. Nos estatelamos ante o martírio de um funcionalismo que, por quase meio ano, bradou pelos seus vencimentos". (SALOMÃO IN: ALVES, 1990: 40-41).

Farydo Salomão foi eleito e governou de dezembro de 1963 até 25 de abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar estabelecido a partir de 31 de março deste ano. Mas e o jornal *O Peixeiro* que surgiu na cidade do Rio Grande, como abordou estes acontecimentos ocorridos a meio século atrás?

O primeiro número de *O Peixeiro* foi lançado em 23 de dezembro de 1962, vivenciando um dos períodos de maior efervescência social da história do Brasil, quando da transição da política populista de recurso às massas (atrelada aos sindicatos) para as administrações pós-1964. Germano Toralles Leite, criador do jornal, adquiriu o maquinário da gráfica da União Operária e devido à reduzida procura por impressos, foi criado o jornal para através dos anúncios, garantir o pagamento da folha de pessoal. A proposta inicial d' *O Peixeiro* era entreter as pessoas que esperavam o início do filme. O jornal era entregue gratuitamente aos domingos ao público que prestigiava os cinemas da cidade. O próprio Germano entregava os jornais de mão-em-mão na fila do Cine Glória, um jornalzinho cor-de-rosa de oito páginas com tiragem de dois mil exemplares que foi sendo ampliada nos meses seguintes, chegando a três mil exemplares e 16 páginas em setembro de 1964.¹

O tempo cultural era distinto do atual. O cinema era a abertura de Rio Grande com a cultura mundial, a linguagem das imagens em movimento traduzia as inovações estéticas e dos costumes. Antes da TV e do vídeo/dvd sacralizarem a casa e a individualidade familiar como espaço por excelência, o cinema refletia o espaço da rua e do mundo, da informação e da distração, do convívio coletivo. Chegar a este público cinéfilo era desencadear um diálogo com a população, difundindo além da programação cinematográfica, os destaques sociais, as crônicas, poesias e os problemas da cidade. Estava estabelecido um diálogo que durante a década de 1960 refletiu os caminhos e descaminhos de um tempo de utopia.

As crônicas de *O Peixeiro* apresentam sistematicamente o debate sobre problemas da cidade, desde a falta de infraestrutura, necessidade de desenvolvimento econômico e combate à imoralidade pública. A ênfase e a visão de mundo é urbana insistindo-se na retomada do progresso com o esforço dos filhos da terra (a apatia e a falta de iniciativa seria um mal local...).

1 O jornal tinha 16 páginas dividido em colunas: nota do redator (primeira página); Peixão da Semana; cruzadas e charadas; piadas (pescaria); poesia e pensamento; roteiro semanal de cinema; manequim da semana; samburi de curiosidades; aquário estudantil; notícias de imóveis; divulgação de bailes e festas; Crônica da Semana (espaço para crítica).

A linguagem das crônicas políticas é muitas vezes irreverente e debochada. O jornal estende a sua existência até o presente e hoje constitui o encarte cultural do jornal *Agora*, criado em 20 de setembro de 1975.

Dois objetivos podemos buscar contemplar neste artigo: a cidade do Rio Grande no ano de 1964 na visão de *O Peixeiro*; e as primeiras três posturas do jornal frente ao movimento militar: resistência discursiva e reação repressiva; apoio a medidas moralizantes de Castelo Branco; e crítica as ações do governo militar quanto a carestia de vida ter se acentuado no Brasil.

INICIALMENTE, COMO ESTAVA O CENÁRIO URBANO DA CIDADE?

O ano estava sendo recebido pelo jornal *O Peixeiro* com um “bem-vindo 1964”. Os inúmeros problemas que a urbe vivenciava e que eram expressos em críticas nas matérias do jornal, não impedia a tradicional saudação e expectativas do ano ser melhor do que o anterior onde a inflação, a perda de renda pelos trabalhadores e a crise política era perceptível. De fato, o ano trouxe muito mais surpresas que a imaginação de *O Peixeiro* poderia prever. Conforme o periódico:

“Nossa fé e o nosso orgulho estão depositados em você, meu caro 1964 (...) Parece-nos que contigo, tudo será diferente. Não só os políticos mas os profetas e até nos mesmos, te predizemos um Bom Ano. Teus 366 dias de vida nos darão mais 24 horas de existência. Queira Deus e assim nós o desejamos, que tua passagem pela terra seja ela toda coroada de venturas mil (...) Como vês, meu caro 64, tudo parecem flores para te esperar. Por amor ao nosso Deus, não nos decepcione. Ajuda-nos antes, e nós felizes procuraremos perpetuar na memória e nos anais de nossa história, os benefícios todos que nos há de trazer”. (O PEIXEIRO, 5-1-1964: 1)

Motivos para esperar um ano melhor não faltavam. Um novo governo municipal atuante parecia ser a esperança possível ao lado de uma Câmara de Vereadores com ações e propostas.

A cidade convivia com a falta de empregos, um crescimento dos bairros com baixa infra-estrutura e um centro da cidade com inúmeras carências, inclusive de iluminação. A ‘idade das trevas’ buscava ser banida com princípios da modernidade: bondes urbanos mais eficientes, iluminação pública, organização do espaço urbano ocupado por assaltantes, bêbados, crianças abandonadas e matilhas de cães. Até a frequência ao cinema era feita de forma pontual para não se ficar vagando pelo perigoso centro da cidade e seus espaços escuros. O empobrecimento do proletariado e a dificuldade -até para adquirir alimentos- foi devido, entre outros fatores, a absurda inflação de cerca de 100% ao ano que levava a perda de poder aquisitivo. Este somatório de problemas (desemprego, inflação e recessão econômica) pode explicar, parcialmente, o empobrecimento e as cenas de miséria no espaço público central. Outro aspecto frequentemente enfatizado, dizia ao trabalho desenvolvido pela Câmara de Vereadores, numa crítica ao recesso remunerado dos edis: “É necessário que eles descansem, não importa que mesmo sem terem ainda começado a trabalhar para nós” (O PEIXEIRO: 2-2-1964: 1).

O jornal defende o retorno do trem para o Cassino que havia sido desativado e teve as estações destruídas. Afirma que o ônibus era muito caro e propunham o aproveitamento de trilhos e a criação de uma trem Ponte Francesa-Barra-Cassino na linha 4ª Secção da Barra:

“Nefando Crime. Janeiro... Verão... Cassino. Época de veraneio, época de descanso. Descanso não somente do corpo, mas à mente, ao espírito. Mudar de ares, aproveitar a praia, o sol, o Cassino. Aproveitar o mar, este Atlântico imenso. Desfrutar do sol, dos longos passeios, da avenida interminável, dos Molhes da Barra, da SAC, das múltiplas casas de lanche, da vida noturna praiana. Do Cassino com o seu correr de carros, com sua fila interminável de automóveis, num cortejo rico e potente a-65. É magnífico, poderoso, tipo Hollywoodesco. No entanto...sempre tem um mas, um ‘no entanto’... infelizmente. Da praia rica, falta a multidão e o movimento da massa dos anos anteriores. Falta o povo, a classe popular, os trabalhadores da nação. Onde a condução barata? Onde o meio de locomoção menos oneroso? Onde o tradicional trem (ou trenzinho como era conhecido) trazendo as numerosas famílias e pessoas de menos

posses? Onde a grande aglomeração humana, o chamado povo? Sumiu, findou. O Cassino tornou-se uma praia rica. Uma praia essencialmente dos ricos, de quem pode pagar, de quem pode custear os dias de sol de um Cassino maravilhoso gratuitamente doado pela natureza a cidade marítima e ao seu povo. (...) Não acreditavam os governantes que tanta falta fizesse o trem ao Cassino. Hoje olham atônitos, o resultado de um ato precipitado, cruel e desnecessário”. (O PEIXEIRO, 19-1-1964: 16).

A crise econômica estava afastando os pobres da própria praia do Cassino devido ao custo de deslocamento até o balneário. Inclusive, a estrada para o Cassino é vista como obsoleta frente a demanda de 5.000 veículos por dia. Quando construída no início dos anos 1940 comportava 500 veículos diários na alta temporada, desde então, não sofreu manutenção ou ampliação. Com a retirada do trenzinho para o Cassino a segurança ficou ainda mais comprometida mas grande parte da população foi prejudicada: “Que o povo, que o Zé Minhoca vá a pé, se quiser dar-se ao luxo de sujar as águas do Atlântico Sul. Sim a pé, porque a minguada tira de asfalto não permite, já no momento, qualquer aumento de veículos em seu leito”, podendo ocorrer que “pague-se dividendos altíssimos, dividendos de sangue entre as ferragens retorcidas dos monstros de ferro”. O momento era de indignação por um acidente recente na estrada Rio Grande-Pelotas, na altura do Povo Novo, quando faleceram 7 pessoas. O trecho não asfaltado (cuja obra de asfaltamento já se esticava por dez anos sem previsão de fim) produzia uma intensa poeira que favoreceu a tragédia. A indignação era pela precária infraestrutura rodoviária da cidade que induzia vários acidentes (O PEIXEIRO, 19-01-1964: 16).

Não apenas a praia mas também o carnaval foi festejado com menos ânimo. No Carnaval de 1964, o povo ‘cada vez mais empobrecido’ não estava brincando como em anos anteriores. Não se observava aquela alegria contagiante de outros tempos pois o custo de vida não permite “que sejamos mais alegres, brinquemos despreocupadamente(...)”. O bom gosto foi substituído pela pobreza degradante”. Os preços dos produtos, “impedem que um folião venha a por em prática o que seu bom gosto e sua imaginação são capazes de criar e fazer”. (O PEIXEIRO, 16-02-

1964: 16).

O footing no centro, na Bacelar, estava sumindo. Só na saída do cinema é que ocorria um movimento. O retraimento da brotolândia era devido a falta de policiamento, a escuridão da praça Xavier Ferreira e a insegurança para o retorno as residências.

A matéria “A Tristeza da Miséria” destacou o triste espetáculo assistido na cidade, há qualquer hora do dia, de inúmeros indigentes e miseráveis, caídos pelas calçadas. “Um triste espetáculo, ocasionado pelo descuro dos poderes públicos e das pessoas encarregadas dos mesmos. Não passa dia sem que, ao lado da bebida, esteja o bêbado estirado na rua” (O PEIXEIRO, 7-6-1964:16). Menores abandonados e flanelinhas tornavam o centro uma terra de ninguém. As brigas se davam na disputa pela lavagem de carros dos poucos clientes que ainda tinham coragem de deixar seus carros estacionados em certas ruas. As lavagens com balde produziam banhos nos transeuntes e muitos reclames que em nada resultavam. Somava-se a este cenário os inúmeros cães perambulando pelas ruas. Era espetáculo comum as ruas centrais ou de bairros, estarem ocupadas por uma matilha de animais a rosnarem e latirem em assustadores avisos”. Seguidamente, pessoas eram vistas em fuga para escapar do ataque dos animais. (O PEIXEIRO, 13-9-64: 1)

A falta de policiamento e de carros para a delegacia de polícia era fator de críticas. O jornal destacava que os “amigos do alheio entram e saem a vontade, como se estivessem em sua própria casa. Tal pode ser comprovado facilmente pelos dados policiais, e pela experiência do cotidiano absurdo e infundável” (O PEIXEIRO, 26-07-64: 16). A iluminação das ruas era insuficiente ou inexistente, o que favorecia ainda mais a ação dos ‘amigos do alheio’. Frente à escuridão, um dos primeiros encaminhamentos do novo prefeito foi a Campanha das Lâmpadas do Rotary Club apoiado pelo governo municipal: “Tal iluminação da uma sensação de euforia e de progresso. A cidade parece readquirir nova roupagem, as ruas parecem diferentes, as praças novas” (O PEIXEIRO, 17-05-64:16). Devido a não manutenção e muito vandalismo, em poucos meses a cidade voltou à parcial escuridão, com pouca sensação

de progresso e de ordem (devido à ação da bandidagem...). Associado a isso, ocorria sistemáticas interrupções de energia pela CEEE (conforme o jornal, a ‘Companhia Encarregada de Escurecer o Estado’) e isto se prolongou pelos anos seguintes: “Mais uma vez vemo-nos as voltas com o problema da energia elétrica, problema de ontem, de hoje e de amanhã, se continuar este descuro da CEEE para com nossa cidade, a alterosa Noiva do Mar” (12-7-64, O PEIXEIRO:16).

A mesma rua que hoje se apresenta intrafegável por obras inacabadas, já sofria deste mal naquele período: a rua D. Pedro II que há longos anos vinham recebendo verbas mas conservava profundos buracos constituindo num “desafio ou num castigo, aqueles que mais contribuem aos cofres municipais, como sejam, a Indústria, o Alto Comércio e os transportadores” (O PEIXEIRO, 11-10-64: 16). Outras ruas da cidade também estavam em estado precário para a circulação de automóveis. Tanto que na coluna ‘Boa Noite, Senhor Prefeito’, é feita uma provocação que mexeu com a mais importante empresa aqui sediada: “Falta alguma coisa? Vamos ver. Asfalto? Ora professor Farydo, o Petróleo é nosso; a Ipiranga mesmo taí. Com jeito vai. Será que eles não se descuidariam de alguns toneizinhos de asfalto para nos ceder” (O PEIXEIRO, 23-02-64: 1). Nesta direção, o jornal reconhece o valor da Ipiranga para a cidade mas parece defender a encampação da empresa:

“Petrobrás-Ipiranga. Está bem vivo, na memória de todos, o comício monstro que assinalou, em Rio Grande, a encampação das refinarias particulares. Poderosa caravana procedente de Porto Alegre, a qual se juntaram centenas de pessoas de Rio Grande, no pórtico da cidade e que, afinal, foi engrossada ainda mais, no Largo da Prefeitura, deu integral cobertura as melhores expectativas do Prefeito local que se fez presente a festa... (...) Tivemos aqui um passado glorioso, em que a história do município esteve indelevelmente ligada ao nome de uma indústria como a IPIRANGA. (...) Saude-mo-lá de pé, no momento em que se prepara para deixar o governo da Grande Refinaria” (O PEIXEIRO, 5-6-64:16).

A programação cinematográfica era criticada especialmente

no principal dia em que os cinemas lotavam que era o domingo. O jornal insistia que era preciso um filme de grande lançamento ser oferecido a cooperadora platéia rio-grandina. Uma única empresa dominava “o campo cinematográfico, não seria mais interessante uma cooperação maior para com o público, que jamais reclama, que jamais brada e que talvez seja conformado demais?”. Além de uma programação com melhores filmes, a praça central (Xavier Ferreira), um epicentro próximo ao Cine Sete de Setembro e Carlos Gomes, deveria ser digna de uma “iluminação que a destaque e não de uma penumbra convidativa aos desordeiros e crianças-grandes pré-históricas” (O PEIXEIRO, 26-04-64: 16), o que evidencia a sistemática de problemas com depredadores do bem público e comportamentos anti-sociais inclusive durante a exibição de filmes.

POSTURA POLÍTICA

Em relação à postura política, um primeiro momento está relacionado ao discurso e a repressão advinda da ironia expressa no periódico, seguido de dois outros momentos.

Para um jornal voltado ao lazer que divulgava a programação cinematográfica, certamente as matérias publicadas demonstram que os objetivos editoriais eram muito mais amplos: uma constante crítica ao funcionamento político da sociedade local e a pressão por melhoras na qualidade de vida urbana. Que temáticas foram abordadas que colocaram o jornal na rota de colisão com o governo militar? A matéria que levou a Germano T. Leite ser levado ao DOPS para interrogatório é reproduzida a seguir. Uma das motivações para ser escrita foi a indignação pela prisão de um conhecido seu que passou por humilhações de um delegado.

“Foram-se os párias: Agora que a coisa ‘serenou’ um pouco e o Brasil procura novamente reencontrar o labirinto de sua própria estrutura político-econômica um caminho mais condigno a seus filhos, nos atrevemos a tingir em rápidas pinceladas um comentário qualquer sobre os fatos que culminaram nesta radical transformação de governo

ou maneira de governar. Foi-se um pária, ou melhor, foram-se dois párias. No entanto se nos parece que algo ficou no ar, como uma dúvida a martelar-nos a consciência. Teriam eles realmente a culpabilidade tamanha que se lhes atribuíram? Teria sido esta, realmente, a maneira mais 'democrática' de recompor um erro que se pretendiam impetrar junto a comunidade Brasileira? Dos quatro cantos deste Colosso, surgiram, intrépidos, os Magalhães, os Ademares, os Lacerdas, os Meneguétis e os Bragas, encobertos da bandeira da Liberdade. Oxalá tenha realmente sido a Luz Divina a ascensora de seus passos e suas atitudes. Isolados que estamos neste humilde e esquecido rincão gaúcho, pouco nos resta a comentar já que os únicos informes que nos chegam ao conhecimento, ou são totalmente da esquerda, ou, totalmente da direita. Nossas paixões partidárias nos são exclusivamente particulares. É 'norma da casa' de que não a externamos neste semanário que a cada Domingo entregamos, orgulhos, aos lares Riograndinos. Somos daqueles que compreendem e respeitam a opinião isolada de todo e qualquer cidadão Brasileiro. A nós cumpre unicamente o direito e a obrigação de analisar friamente os acontecimentos que surgem na rotina da vida, deixando tanto quanto possível ao nosso leitor a formação de sua própria e exclusiva opinião. A nós interessa tão somente, que a Paz e a Concórdia voltem tão rápidas quanto partiram e que a Pátria prossiga orgulhosa e altaneira de seus filhos. A verdade no entanto ainda se nos apresenta um tanto indecifrável. Deixaremos para o dia de amanhã o encargo de no-lo trazer líquida e transparente como nos é devida" (O PEIXEIRO, 5-4-1964: 1-5).

Esta matéria expressa um questionamento inicial sobre os rumos dos novos detentores do poder, quase em clima de deboche escreve "teria sido esta, realmente, a maneira mais 'democrática'", para se promover mudanças?

Uma segunda abordagem do jornal é a de simpatia a algumas orientações do novo governo em moralizar a vida política e melhor a renda do trabalhador. Apoiou as reformas de melhor distribuição da riqueza proposta pelo presidente Castelo Branco e que encontravam resistência para aprovação. Elogiando as iniciativas de Castelo na sugestiva matéria 'A queda da Bastilha', o jornal identifica a resistência aos avanços sociais com a ação das forças ocultas, que agiam através de alguns maus brasileiros, ocupantes de cargos legislativos, a quem apelidaram de 'velhas

raposas da política nacional'. Era urgente uma reestruturação da máquina administrativa do País e de suas leis, afim de proporcionar a todos um pouco mais de conforto e bem-estar. “Rezemos também para que Deus ilumine o espírito dos responsáveis pelos destinos da Pátria, a fim de que o bom senso triunfe finalmente e, sem derramamento de sangue, alcancemos aqueles nobres idéias da Revolução Francesa Liberdade, Igualdade e Fraternidade (O PEIXEIRO, 19-7-1964: 16).

Porém, ainda em 1964, o jornal já volta a postura que filosoficamente era a sua raiz: a crítica ao descompasso entre discurso e prática política voltada a comunidade.

O salário mínimo, mesmo sendo reajustado em 100%, já tinha o seu valor devorado pela inflação. Para o jornal, o fundamental seria baixar o custo de vida e estacionar o preço dos gêneros: “Finalmente, após um ano de promessas e demagogias, foi decretado o novo mínimo. o mínimo tornou-se mera ilusão ‘alegria de pobre’? (...) o mínimo é mínimo, é insuficiente (...) o que tem de decrescer, é o custo de vida atual, verdadeiro atentado a sociedade, a segurança e a própria vida” (O PEIXEIRO, 29-6-1964: 16).

O andamento do processo político brasileiro havia gerado frustração, como se depreende da matéria “Triste ilusão”:

Decorridos aproximadamente cinco meses do momento em que forças restauradoras vieram amparar o Colosso que estremecia, ameaçando ruir irremediavelmente em mãos da extrema esquerda, sentimo-nos na obrigação de em rápida análise, sintetizar, em nossa opinião de nossa exclusiva responsabilidade, os efeitos e defeitos surgidos de então até esta data. Na opinião isolada deste comentário, queremos crer que foi falha a pretendida revolução. Os heróis ganhadores, embriagados pelo aroma e sabor tóxicos da vitória tornaram-se totalmente indiferentes as medidas que sabia-se eram necessárias e urgentes. Cinco meses nos separam da Quartelada de 1 de abril e já não vemos leite, não comemos manteiga, nem conseguimos comprar carne. Faltam o gás, a farinha, a luz, a banha, o açúcar e somente encontramos na Capital do Estado, as palavra do Gal. Ibá, reafirmando-nos que está tudo normalizado e os preços continuarão congelados. Tudo isso como se fôramos eternas crianças incompreensíveis, como se aos nossos olhos pudessem passar velados os desmandos e incoerências ocasionadas pela inflação

desvairada que a ética de nossos governantes ainda não quis, não pode ou não soube controlar (O PEIXEIRO, 30-8-1964: 16).

A conjuntura nacional era fator de desencanto e a situação administrativa municipal havia reencontrado “aquele velho marasmo, tão comum nos governos que o Rio Grande já suportou e que lhe devolve aquele imponente arzinho de tédio e regressão. A cidade escurece e, de iluminação, praticamente só existem os bicos a mercúrio, presenteados por entidades de serviço e pelos plácidos habitantes...” (O PEIXEIRO, 30-8-64: 16). Inclusive elogios passam a ser feitos a Farydo Salomão o ‘turco da esplanada’, um ‘menino grande’ que, num curtíssimo período de reinado, conseguiu ‘sacudir o esquecido berço de Silva Paes’, impressionando e cativando os que desacreditavam em qualquer possibilidade de arrojo e iniciativa. A sua queda foi “compreensível e até mesmo julgada necessária junto a opinião pública. Deixou o menino grande que o brilho de sua ação e dinamismo fosse empanado pela comandita comunista que afilava suas garras no Colosso adormecido”. A matéria enaltece as qualidades administrativas de Salomão mas evidencia a postura do jornal de que a aproximação com ‘comunistas’ teria levado a sua cassação (O PEIXEIRO, 24-05-1964: 16).

Um amplo destaque era dado a participação dos estudantes secundaristas e a construção da Casa do Estudante. Uma matéria escrita no início de abril, ressalta da necessidade de politização dos estudantes frente às difíceis horas que o país estava atravessando, cabendo ao estudante ocupar um papel preponderante no quadro político nacional. A classe estudantil deveria ter personalidade política sem se deixar coagir com ideais ou ‘fanatismo de terceiros’. “Liberdade de pensamento é o que os estudantes, - bem como o povo em geral, - necessitam para se definirem e para que o Brasil possua uma concreta estrutura político-social”. O estudante nesta hora de crise, poderia ter uma posição de apoio a Legalidade, ao golpe de estado, a direita, a esquerda, etc... “Para onde irá o estudante? Ao que parece, só existem dois caminhos. Um é Cristão o outro não” (O PEIXEIRO, 5-4-1964:12).

O componente democrático de liberdade de pensamento está

presente e a referência a escolha ‘cristã’ do estudante também está explícita. Outro componente no discurso que é a preocupação com a melhoria de vida da população é fundado no amor à pátria: “pois, se não lhe tivéssemos amor ela seria vítima de indivíduos inescrupulosos que para verem seus vis projetos realizados são capazes de jogar seus próprios irmãos aos traidores, ver derramar sangue, tudo para satisfazer-lhes seus baixos ideais” (O PEIXEIRO, 5-4-64: 11).

Uma matéria aparentemente desprezenciosa é bastante elucidativa para analisar a posição do jornal frente a atuação da esquerda como a de baderneiros (no caso, a bagunça feita por um grupo de freqüentadores dos cinemas que ofendiam os demais cinéfilos). A construção narrativa na matéria ‘A Turminha da Esquerda’ é em cima do movimento militar e suas simbologias (como o navio Canópus que funcionou na Barra do Rio Grande como prisão para os presos políticos e interrogatórios), adaptando para a situação local numa matéria de gosto duvidoso:

A Empresa Cupelo deve arranjar um 31 de Março e fazer sua revolução também. A existência da ‘turminha da esquerda’ que todas as noites se reúne em grande algazarra no Cine Glória está a exigir da direção daquele cinema a criação de um Ato Institucional. (...) As piadinhas infames e desgraciosas dão bem mostra da mentalidade infantil de seus autores. É, enfim, um desafio berrante a dignidade humana. (...) O ideal seria colocá-los (acompanhados de todo o novo senso de humor) a bordo de um Canópus e mandá-los para o mais longe possível. (...) O expurgo deve vir rapidamente, antes que seja tarde, pois a situação é grave. Os que nos visitam ficam boquiabertos com o proceder desses desajustados e desordeiros que confundem humor com molecagem (CHC, O PEIXEIRO, 27-9-64: 16).

Essas matérias tiradas de *O Peixeiro* são pistas para interpretar que a recepção ao movimento militar de 1964 não foi positiva frente ao jornal, que desde o mês de abril fez comentários pejorativos aos novos detentores do poder. Constata-se nos discursos a crença no amor à pátria e a nacionalidade; o combate a corrupção e as forças ocultas; a defesa da liberdade de expressão; a necessidade de melhor distribuição de renda e do fortalecimento salarial

dos trabalhadores; a defesa do bairrismo local para melhorar a qualidade de vida e o senso de pertencimento dos moradores; comentários anti-comunista, anti-esquerdista e contrários ao dirigismo anti-democrático do novo regime. A linguagem irônica e debochada foi um recurso típico da imprensa fundada na atuação de homens públicos que já tem um histórico de mais de 180 anos de atuação em Rio Grande. Nesta direção, *O Peixeiro* transcendeu a condição de um espectador da programação cinematográfica ou da página social, para assumir a condição de imprensa engajada num ideário de crítica político-social. Estas pistas de temas desenvolvidos, evidencia uma cidade que estava no limite de uma crise econômica e de perda de referenciais futuros e que passava pelo dinâmico processo de adesão/adaptação ou resistência ao período iniciado em 31 de março de 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. Governo do Prefeito Farydo Salomão In: *Biblos*. Rio Grande: Departamento de Biblioteconomia e História/FURG, 1990, vol. 3.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Bóris, *História do Brasil*. São Paulo, Editora da USP, 2003.

FRAGA, Solismar Martins. *Cidade do Rio Grande: urbanização e industrialização*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

GORENDER, Jacob. *O combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987 .

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. IN: DACANAL, J.H. (Org.) *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NAPOLITANO, Marcos, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

O PEIXEIRO. Rio Grande: Risul, 1964.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* 2a. edição. Porto Alegre: L&PM

Editores Ltda, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello, de Thomas Skidmore. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.*

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).* Bauru, SP: Edusc, 2004.